

A Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais conta a sua história em

Caminhos do Património

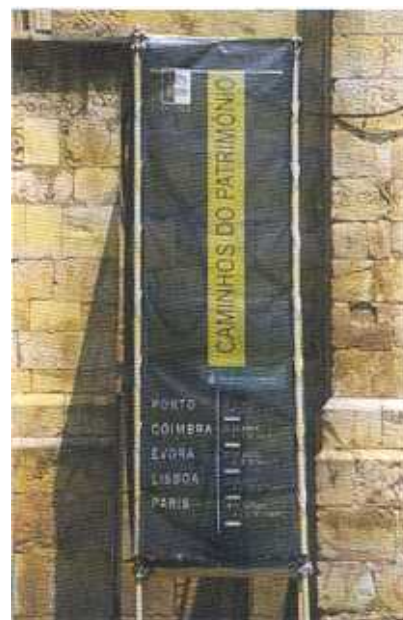
por Cláudia Veloso

O

percurso de 70 anos da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais está a ser assinalado na exposição **Caminhos do Património**. Porto, Coimbra, Évora, Lisboa, Paris, Valladolid e Madeira receberam, ou irão receber esta exposição itinerante, que retrata a actividade da DGEMN nas áreas da salvaguarda e valorização do património arquitectónico e da instalação de serviços públicos. A iniciativa é complementada com uma publicação que, mais do que um registo, é uma obra de referência para a história do património arquitectónico, e um conjunto de programas que inclui seminários, conferências e debates, realizados nos locais da itinerância da exposição.

*“Com **Caminhos do Património** procuramos dar conta da enorme importância cultural, da preciosa valia técnica e do rigor e actualidade da acção da DGEMN, aspectos hoje reconhecidos a nível internacional pelas entidades que nos têm chamado a uma participação activa nos seus programas e acções”,* refere Vasco Martins Costa, Director Geral da DGEMN.

Fundado em 1929, este serviço central do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território resultou de reformas sucessivas que tiveram origem na necessidade de centralizar num único organismo as especificidades da construção e reparação de edifícios, classificados ou não, tendo em vista superar as carências de equipamento no domínio dos edifícios públicos. Criada pelo Decreto nº 16 791 de 30 de Abril de 1929, no seio do então denominado Ministério do Comércio e Comunicações, é um



dos mais antigos serviços da Administração Pública. Herdou, assim, as competências dos serviços relacionados com os edifícios e os monumentos nacionais atribuídas ao longo da segunda metade do século XIX e princípio do século XX a diferentes organismos. Com um quadro inicial de 195 funcionários distribuídos por duas secções (Porto e Lisboa), dispunha de um Laboratório de Ensaios de Estudos e Materiais, demonstrando a preocupação de acompanhamento tecnológico que assistiu à sua criação. Este Laboratório veio a dar origem, em 1946, ao actual Laboratório Nacional de Engenharia Civil. A estrutura da DGEMN sofreu, posteriormente, várias remodelações impostas pela necessidade de conhecer mais directamente o património a seu cargo, descentralizando os serviços de intervenção. Em 1970 foram criadas quatro Direcções Regionais de Monumentos,

à semelhança do que já acontecia para o sector de Edifícios, sediadas no Porto, em Coimbra, Évora e Lisboa. Com a reforma de 1993 (Decreto-Lei nº 284/93 e Decreto Regulamentar nº 29/93) efectiva-se a



Margarida Alçada,
coordenadora da exposição

descentralização e a racionalização dos serviços, reunindo, ao nível regional, edifícios e monumentos no mesmo serviço (à excepção da área de Lisboa) e criando novos serviços, entre os quais foi dado especial relevo às actividades que melhor garantissem a ligação com o exterior, nomeadamente o Inventário do Património Arquitectónico (IPA) e a divulgação do património construído e das actividades da DGEMN. O **Nascimento e Herança da DGEMN** estão descritos no primeiro núcleo da exposição **Caminhos do Património**, cujos painéis contam as histórias dos primeiros grandes restauros da Direcção Geral, de que são exemplo a Sé de Lisboa e a Igreja Românica do Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel). *"A selecção dos painéis para a exposição foi uma tarefa difícil, porque existem imensos projectos interessantes"*, sublinha Margarida Alçada, coordenadora da exposição. *"O Comissário João Vieira Caldas escolheu alguns exemplos entre os muitos projectos que poderiam ilustrar a exposição. Alguns são de extrema importância, não só porque representam o que foi a tradição e a metodologia desta casa desde a sua criação, mas também porque são, muitas vezes, documentos que o público não conhece, como é o caso dos desenhos de Augusto Fuschini para a construção da Sé de Lisboa"*.

No segundo módulo da exposição são retratadas algumas **Intervenções no Espaço Monumental**, de que são exemplo o Castelo de Lanhoso (Póvoa do Lanhoso), o

Mosteiro de Alcobaça, o Paço dos Duques de Bragança (Guimarães), a Igreja de Santa Engrácia (Lisboa) o Museu Nacional de Arte Antiga (antigo Palácio dos Condes de Alvor, em Lisboa), e os novos edifícios para os Ministérios das Obras Públicas e das Comunicações (Lisboa).

Nesta mostra conclui-se que as primeiras décadas de actuação da DGEMN, ao contrário do que em geral hoje acontece, seguem uma concepção de restauro baseada no princípio da unidade de estilo. Grande parte das intervenções em monumentos pretendia não só reintegrá-los na sua suposta pureza original, como libertá-los de constrangimentos visuais ou da vizinhança de construções consideradas espúrias. Assim, não só se efectuaram grandes alterações em monumentos como foram profundamente remodelados os seus espaços envolventes. Os anos setenta correspondem ao início do abandono dos restauros espectaculares



e radicais, preferindo-se-lhes a conservação dos monumentos com as contribuições válidas de todas as épocas e sem alteração do ambiente em que se encontram, numa atitude orientada pelos princípios enunciados na Carta de Veneza (Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios - 1964).

Expostos estão também alguns exemplares do **Boletim da DGEMN**, publicado desde o início da sua actividade. A edição de

grande parte das principais intervenções efectuadas, com registo do estado em que se encontravam os monumentos antes das obras e do resultado final, permite conhecer o teor das opções tomadas e revela o quanto essas opções correspondem à segurança e convicção de quem sente que aplica princípios universais. *"Os Boletins permitem estudar 131 grandes intervenções feitas no país, constituindo um precioso documento para análise da filosofia de actuação e dos critérios utilizados por esta instituição"*, sublinha Margarida Alçada. Os 131 Boletins publicaram-se com uma regularidade de quatro por ano, de 1935 até 1966, e depois espaçadamente, até 1990. Nas primeiras edições era patente o cuidado dispendido no grafismo, na escolha de diferentes tipos de papel, na impressão, nas dobragens, nos cortes e nos cosimentos, manuais e meticulosos. Conforme os assinantes, faziam-se três tipos de capas: em pele e ouro de lei, em pergamóide com dourados e cartona-

das. Todas estas tiragens se esgotaram, tendo sido reeditados dezoito números em versões simplificadas, que também se escoaram rapidamente. Em 1998, a Direcção Geral converteu esta colecção para CD-ROM, permitindo, assim, uma ampla divulgação das suas intervenções, uma vez que este suporte engloba textos históricos sobre a importância dos monumentos, memórias descritivas dessas intervenções, plantas de localização, peças desenhadas e fotografias que

registam o imóvel antes, durante e depois dos trabalhos. Na exposição, estão disponíveis computadores, nos quais os visitantes podem realizar as mais variadas pesquisas. *“Trouxemos as novas tecnologias para esta exposição, não só para captar um público mais alargado, sobretudo jovem, que nos interessa mobilizar para as áreas do património, mas também porque, com essas tecnologias, podemos dispor de recursos de informação muito mais amplos”*, refere a coordenadora. O CD-ROM disponível permite uma pesquisa muito direccionada, em que se pode efectuar uma selecção das intervenções, por exemplo, por estilos, tipologias arquitectónicas ou localização geográfica.

Desde a sua criação que a DGEMN executou ou encomendou projectos e conduziu ou fiscalizou obras de novos edifícios para a instalação de serviços públicos, que reflectiram a evolução da arquitectura portuguesa ou, como no caso do modernismo internacionalista dos anos 30, se posicionaram até na sua vanguarda. A **Arquitectura do Século XX** é, precisamente, o terceiro Caminho do Património, que inclui painéis sobre o Edifício do Comando da Escola Naval do Alfeite e o Edifício da Direcção das Construções Navais (Almada), a Casa da Moeda (Lisboa), o Bairro de Casas Económicas de Caselas (Lisboa), a Embaixada de Portugal em Brasília, o Laboratório Nacional de Investigação Veterinária (Vila do Conde), a Pousada de São Brás de Alportel e a Pousada de São Teotónio (Valença). *“Algumas intervenções em monumentos para instalação de Pousadas definem um conceito de reutilização do património, constituindo uma forma de aproximação da população em geral ao património edificado. Estar devoluto e sem função é o primeiro passo para a perda total dos imóveis”*, considera Margarida Alçada. As **Pousadas em Monumentos** são o tema para o quarto núcleo da exposição. O objectivo de dar utilidade a conventos ou castelos que complementasse a sua qualidade de monumentos e facilitasse a sua manutenção está ainda associado à necessidade de exaltação do passa-

do pátrio. Pretende-se que a adaptação destes monumentos proporcione aos utentes a sensação de viverem a História. As Pousadas mais recentes, construídas nas últimas décadas, reflectem, por outro lado, o alargamento da noção de Património. Surgem, assim, Pousadas que aproveitam as habitações de centros históricos e outras que adicionam aos monumentos novos corpos com uma linguagem



contemporânea. As Pousadas do Castelo (Óbidos), da Rainha Santa Isabel (Estremoz), de Santa Marinha da Costa (Guimarães) e o projecto para construção da Pousada do Cabo Espichel (Sesimbra) estão descritas nesta exposição.

Por último, são evidenciados os **Métodos, Técnicas e Tecnologias** utilizados pela DGEMN, *“que constituem hoje uma metodologia que permite intervir com critérios definidos e com uma base científica de apoio, que se mantém constante”*, refere Margarida Alçada. O Inventário do Património Arquitectónico (IPA) é o instrumento de base que congrega e fornece toda a informação disponível, pelo que se constitui como *pivot* de programas como a Carta de Risco e as Fontes Documentais. O IPA constitui um instrumento de registo sistemático

com permanente actualização de dados textuais e iconográficos, de natureza técnica, científica e administrativa sobre o universo do património arquitectónico de Portugal que, pelo carácter artístico, histórico, tipológico ou morfológico, representa um elemento importante para a definição e compreensão da nossa identidade cultural. Através das novas tecnologias da informação disponíveis na exposição, é ainda possível aceder ao IPA durante a visita. A Carta de Risco é um projecto desenvolvido com o objectivo de avaliar as necessidades de intervenção no património construído e otimizar os recursos que lhe são afectos, mediante um processo normalizado de recolha, processamento e análise de dados numéricos, alfanuméricos, gráficos e iconométricos, de carácter morfológico e geográfico. Através deste processo normalizado é possível avaliar o estado de degradação dos imóveis e o seu grau de vulnerabilidade face aos riscos extrínsecos e intrínsecos. O Mosteiro de S. Vicente de Fora, pela sua dimensão, qualidade arquitectónica, localização na cidade de Lisboa e problemas de conservação que levanta, foi escolhido como exemplo de aplicação de conhecimentos e investigação. Nos seus claustros, está a ser estudado o comportamento sísmico e avaliada a sua segurança estrutural, em resultado de um protocolo assinado em 1995 entre a DGEMN, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e a Comissão Europeia, que deu origem ao projecto COSISMO, descrito também na exposição.

No final do percurso, é proposta uma visita virtual, através de aplicação multimédia, à história e processos construtivos da Torre do Búgio. São ainda retratadas outras **Intervenções Actuais**, nomeadamente na Igreja do Salvador (Coimbra), onde foram encontradas tábuas debaixo do couro, com pinturas do Séc. XV não retocadas, com pigmentos originais, que permitem avançar um pouco no estudo dos materiais da época e documentar algumas fases da construção da Igreja. ■